



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE

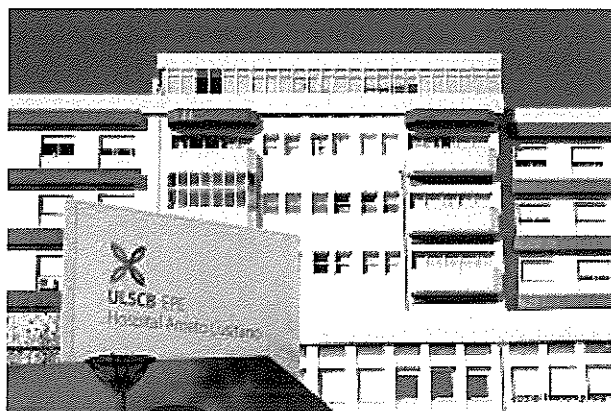
ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 58
Acta nº 07



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



17/12/2023

[Signature]

Presidente
Eng. José Nunes

Vogal Executiva - Dir. Clin. Hospitalar
Dra. Mariana Eugénia André

Vogal Executiva - Dir. Clin. CSP
Dr. Júlio Ramos

Vogal Executiva
Dra. Tânia Pedro

Vogal Executiva - Enq. Diretor
Carlos Almeida - MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta do PAO 2022, com a última versão de 31 de agosto/2022, não estando ainda assinada, nem publicitada no sítio da ACSS, a Adenda ao Acordo-Modificativo para 2022 que serviu de base à referida alteração ao PAO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021.....	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	13
III – Recursos Humanos.....	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
Anexo I – Gastos e Perdas.....	20
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	21
Anexo III – Rendimentos e Ganhos.....	22
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	22



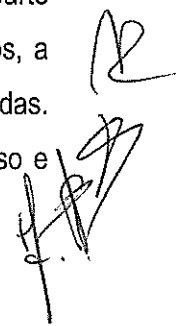
INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a proposta apresentada para o Contrato-programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2021 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

No ano de 2021 a situação económico-financeira da ULSCB agravou-se face ao ano anterior, com a dívida a alcançar os 31,6 M€ (27,1 M€ em 31/12/2020) e o PMP a fixar-se nos 208 dias (146 dias em 2020), apesar de terem sido atribuídas verbas suplementares para cobertura de prejuízos transitados, para fazermos face ao crescente aumento da dívida, no montante total de 9,33 M€ (3,99 M€ em agosto e 5,34 M€ em dezembro). Adicionalmente, recebemos ainda uma verba de 300 mil euros que se destinou à realização dos investimentos previstos no artigo 275.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica.

Para o corrente ano, até à entrada em vigor do orçamento para 2022, manteve-se o mesmo nível de financiamento mensal que se revelou insuficiente no ano transato, com a dívida a aumentar 6,8 M€ até julho face a dezembro de 2021, como consequência da menor liquidez devido ao pagamento do subsídio de férias, chegando aos 38,4 M€. No último dia útil de julho recebemos o montante de 4,4 M€ referente ao acerto dos adiantamentos do Contrato-programa efetuados durante o período de janeiro a julho de 2022. Essa verba permitiu-nos a redução da dívida total em agosto (diminuiu para os 35,1 M€), embora não tenha sido possível aplicá-la na totalidade na diminuição dos pagamentos em atraso (ainda assim redução de 3,3 M€) em virtude de existirem compromissos com determinadas entidades que prestam serviços (transporte de hemodiálise, bombeiros, limpeza, segurança, prestadores, entre outros) com uma antiguidade inferior à da maioria das empresas fornecedoras de bens e que cessam a prestação do serviço se não pagamos com alguma regularidade e dentro de prazos aceitáveis. Para os restantes meses, esperávamos algum reequilíbrio pelo menos até outubro devido ao reforço em 600 mil euros do duodécimo. Contudo, os aumentos decorrentes da energia e de muitos outros bens e serviços têm absorvido parte deste acréscimo e no final do ano, com o pagamento do subsídio de Natal e respetivos encargos, a situação tenderá a piorar ainda mais se não existir reforço adicional da dotação para pagamento de dívidas. Esse reforço do financiamento é fundamental para conseguirmos reduzir os pagamentos em atraso e



compensar os gastos com a Covid-19 que continuam a ter um impacto assinalável¹, para além dos acréscimos ao nível dos gastos com energia e combustíveis que afetam outros setores de atividade e os preços a pagar, e diminuindo ainda mais a capacidade de pagamento da ULSCB.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascende aos 10,1 M€ negativos, piorando face ao do ano anterior (foi de -7,4 M€), e o EBITDA situa-se nos 8,6 M€ negativos (-6,1 M€ em 2021).

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi inferior ao período homólogo em 0,85% (-531 mil euros) e a despesa paga também diminuiu 1,19% (-746 mil euros), apesar da aprovação do orçamento ter aumentado a dotação das receitas correntes em 293 mil euros e das receitas de capital em mais 4 M€. Contudo, em agosto de 2021 foram recebidas verbas para fazermos face ao crescente aumento da dívida: 3,99 M€ de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados e 1,1 M€ de aumento extraordinário de Fundos Disponíveis para alocar ao pagamento de dívidas em atraso (SUCH, bombeiros e prestadores de serviços SIGIC). Sendo este reforço superior aos 4,4 M€ da atualização do Contrato-programa no corrente ano, tal justifica esta redução da cobrança e dos pagamentos face a setembro de 2021.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período (75%) em 3,76% (+3,4 M€), mas ao nível dos rendimentos a execução foi abaixo do estimado, ficando 2,14% (-1,8 M€) aquém do que seria expectável.

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Esta análise é efetuada já com base no orçamento aprovado para 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27/06) e cuja dotação aparece nos mapas de receitas e despesas como dotação corrigida, embora na prática venha substituir a anterior dotação inicial do orçamento transitório que correspondia ao orçamento inicial de 2021. Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra), resulta uma taxa de cobrança de 69,27% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 62,2 M€ cobrados, representando portanto um desvio de -5,1 M€ face ao referencial do período, essencialmente motivado pela fraca execução ao nível dos projetos cofinanciados.

¹ cerca de 2 M€ em compromissos à data, dos quais 1,1 M€ respeitam a gastos com pessoal (pago na totalidade) e 900 mil a fornecimentos e serviços (300 mil euros pagos)

Período: janeiro a setembro 2022

u.m.: euro

Código	Designação	FF	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4)/(2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7)-(3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7)/(2)
RECEITAS														
	<i>Receitas Correntes</i>		77 310 910	86 516 427	11,91%	9 205 517	64 887 320	62 542 938	72,29%	61 990 087	188 135	62 178 222	-2 709 098	71,87%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	543 056	-24,07%	-172 166	407 292	456 103	83,99%	446 282	17 058	463 340	56 048	85,32%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	2 749 271	39,22%	774 486	2 061 953	300 217	10,92%	300 217	0	300 217	-1 761 736	10,92%
06	Transferências correntes	541	102 900	105 400	2,43%	2 500	79 050	59 724	56,66%	59 724	0	59 724	-19 326	56,66%
06	<i>Total Transferências correntes</i>		2 077 685	2 854 671	37,40%	776 986	2 141 003	359 941	12,61%	359 941	0	359 941	-1 781 062	12,61%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	485 165	39,22%	136 673	363 874	0	0,00%	0	0	0	-363 874	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	39 384	-56,81%	-51 804	29 538	0	0,00%	0	0	0	-29 538	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	81 942 950	11,45%	8 418 923	61 457 213	61 029 036	74,48%	60 852 807	0	60 852 807	-604 406	74,26%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	641 581	53,27%	222 982	481 186	474 697	73,99%	108 288	168 876	277 164	-204 022	43,20%
07	<i>Total Vendas de bens e serviços correntes</i>		74 382 306	83 109 080	11,73%	8 726 774	62 331 810	61 503 733	74,00%	60 961 095	168 876	61 129 971	-1 201 839	73,55%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	9 620	-92,91%	-126 077	7 215	223 161	2319,76%	222 769	2 201	224 970	217 755	2338,57%
	<i>Receitas de Capital</i>		701 100	3 251 923	363,83%	2 550 823	2 438 942	0	0,00%	0	0	0	-2 438 942	0,00%
10	Transferências de capital	483	0	2 503 635		2 503 635	1 877 726	0	0,00%	0	0	0	-1 877 726	0
12	Passivos Financeiros	432	701 100	748 288	6,73%	47 188	561 216	0	0,00%	0	0	0	-561 216	0,00%
	<i>Total Receitas</i>		78 012 010	89 768 350	15,07%	11 756 340	67 326 263	62 542 938	69,67%	61 990 087	188 135	62 178 222	-5 148 041	69,27%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 71,87%, com a fonte de financiamento (FF) 511, que corresponde ao financiamento do Contrato-programa, a ficar um pouco abaixo da dotação prevista para o período (-604 mil euros). Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução acima do previsto considerando todos os agrupamentos (+70 mil euros), com cobrança acima do estimado nos agrupamentos 04 (+56 mil euros), onde se incluem as taxas moderadoras, e 08 (+218 mil euros) devido, nomeadamente, ao reembolso do Fundo de Compensação do Trabalho pago à entidade gestora desde a sua obrigatoriedade, no total de 178.152 euros, atendendo à exclusão de aplicabilidade, ao Setor Empresarial do Estado, comunicada pelo Instituto de Gestão de Fundos da Segurança Social. Em contrapartida, a execução no agrupamento 07 (correspondente à faturação a outras entidades do SNS e externas) foi mais reduzida, existindo um desvio de -204 mil euros, podendo justificar-se pela diminuição da faturação face ao ano anterior.

Nas demais rubricas e FF a execução foi baixa ou nula, nomeadamente nas relacionadas com projetos cofinanciados (FF 361, 362 e 413) onde apenas a FF 413 apresenta uma ligeira execução de 10,92% (correspondente a 300 mil euros), estando em curso os projetos de Remodelação do HAL, POSEUR e SAMA.

De salientar ainda a execução um pouco abaixo do previsto na FF 541 (56,66%), que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, a verba inscrita na FF 432 respeita à componente cofinanciada do projeto POSEUR, sem qualquer execução neste período, devido aos atrasos na obra já adjudicada, mas que já

12

FF 432

irá apresentar execução no quarto trimestre. No que respeito ao PRR (FF 483), a execução também foi nula, embora se preveja um aumento no último trimestre por se ter iniciado a empreitada de Alteração e Ampliação do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 68,9%, um pouco abaixo das receitas.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7)-(3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
	<i>Despesas Correntes</i>		74 095 027	83 069 566	12,11%	8 974 539	60 251 459	100 607 284	121,11%	44 170 602	16 823 849	60 994 451	742 993	73,43%
01	Despesas com pessoal	361	0	11 141		11 141	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%
01	Despesas com pessoal	413	0	63 134		63 134	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	51 790 928	3,99%	1 986 093	36 848 186	40 504 808	78,21%	36 017 583	1 750 460	37 768 043	919 857	72,92%
01	<i>Despesas com pessoal</i>		49 804 835	51 865 203	4,14%	2 060 368	36 848 186	40 504 808	78,10%	36 017 583	1 750 460	37 768 043	919 857	72,82%
02	Aquisições de bens e serviços	361	0	53 895		53 895	40 421	0	0,00%	0	0	0	-40 421	0
02	Aquisições de bens e serviços	413	0	305 406		305 406	229 055	0	0,00%	0	0	0	-229 055	0
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 510 417	30 127 829	28,15%	6 617 412	22 595 872	59 529 388	197,59%	7 797 236	14 957 442	22 754 678	158 806	75,53%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	314 259	-39,62%	-206 215	235 694	340 860	108,46%	133 971	111 657	245 628	9 934	78,16%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	105 400	2,43%	2 500	79 050	42 081	39,93%	42 081	0	42 081	-36 969	39,93%
02	<i>Aquisições de bens e serviços</i>		24 133 791	30 906 789	28,06%	6 772 998	23 180 092	59 912 329	193,85%	7 973 288	15 069 099	23 042 387	-137 705	74,55%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	4 290	-31,08%	-1 935	3 218	4 290	100,00%	0	4 290	4 290	1 073	100,00%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	114 421	1703,61%	108 077	85 816	53 001	46,32%	50 910	0	50 910	-34 906	44,49%
03	<i>Juros e outros encargos</i>		12 569	118 711	844,47%	106 142	89 033	57 291	48,26%	50 910	4 290	55 200	-33 833	46,50%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	0	-100,00%	-100 400	0	0		0	0	0	0	
06	Outras despesas correntes	513	43 432	178 863	311,82%	135 431	134 147	132 856	74,28%	128 821	0	128 821	-5 326	72,02%
06	<i>Outras despesas correntes</i>		143 832	178 863	24,36%	35 031	134 147	132 856	74,28%	128 821	0	128 821	-5 326	72,02%
	<i>Despesas de Capital</i>		3 916 983	6 698 784	71,02%	2 781 801	5 024 088	2 696 594	40,25%	321 246	538 989	860 235	-4 163 853	12,84%
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	420 129	20,56%	71 637	315 097	0	0,00%	0	0	0	-315 097	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	39 384	-56,81%	-51 804	29 538	0	0,00%	0	0	0	-29 538	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	2 380 731	20,56%	405 946	1 785 548	480 898	20,20%	179 700	120 517	300 217	-1 485 331	12,61%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	748 288	6,73%	47 188	561 216	0	0,00%	0	0	0	-561 216	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	483	0	2 503 635	#DIV/0!	2 503 635	1 877 726	0	0,00%	0	0	0	-1 877 726	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	102 150	19 903	-80,52%	-82 247	14 927	21 915	110,11%	0	19 903	19 903	4 976	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	586 714	-16,10%	-112 554	440 036	2 193 781	373,91%	141 546	398 569	540 115	100 080	92,06%
	<i>Total Despesas</i>		78 012 010	89 768 350	15,07%	11 756 340	65 275 547	103 303 878	115,08%	44 491 848	17 362 838	61 854 686	-3 420 861	68,90%

Analisando as principais rubricas de despesas correntes que tiveram uma execução global de 73,43% face ao orçamento anual, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 72,82% face à dotação atual, refletindo-se na dotação do período a verba orçamentada para o pagamento do subsídio de férias, mas excluindo o subsídio de Natal. Contudo, face à dotação mensualizada, a execução superou a verba disponível em 920 mil euros, o que faz antever que a dotação será insuficiente no final do exercício e terá de ser reforçada.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 29,8 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores, correspondendo a cerca de 50% dos compromissos assumidos, o que comprova a insuficiência da dotação face às reais necessidades da ULSCB, tal como foi mencionado na memória justificativa da proposta de orçamento.

O peso dos encargos de anos anteriores constitui uma limitação que não tem sido possível resolver ao nível do financiamento, impossibilitando por esse facto o cumprimento integral da LCPA e sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB.

Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, estão 138 mil euros abaixo da dotação teórica do período, devido às limitações ao nível das receitas.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução está nos 46,5% no total das FF, com os pagamentos a serem constituídos essencialmente pelos encargos pagos aos SPMS pelo processo de recuperação de taxas moderadoras em dívida através do SITAM (cerca de 42 mil euros).

No que respeita ao agrupamento 06, com o orçamento aprovado apenas temos dotação na FF 513, situando-se a taxa de execução nos 72%, respeitando principalmente a gastos com impostos (IRC das tributações autónomas relacionadas com gastos com viaturas, ajudas de custo e deslocações e estadas de funcionários, no montante de 78,6 mil euros, e IVA).

Passando à análise das despesas de capital, verifica-se, tal como referido nas receitas, que estas FF evidenciam uma execução muito baixa ou nula, sendo que globalmente não vai além dos 12,84%. Tal se deve, como já mencionado nas receitas, à fraca execução ao nível dos projetos de investimento em curso.

Resumidamente, em termos de dotações disponíveis, ainda não temos atualmente situações críticas que obriguem a reforços através da gestão flexível. Contudo, embora o orçamento de 2022 represente um acréscimo de 15,07% (+11,8 M€) face à dotação inicial de 2021, continua aquém do necessário, nomeadamente no agrupamento 02, sendo que os compromissos já ultrapassam os pagamentos realizados no período em mais de 40 M€ no total dos agrupamentos. Ao nível da receita própria, a dispensa de pagamento de taxas moderadoras na generalidade das prestações de saúde, à execução de algumas taxas de saúde pública e sanitárias nos CSP e do serviço de urgência sem referenciação nos serviços hospitalares, já se faz notar neste período, havendo um registo de cobrança que não chega aos 100 mil euros neste terceiro trimestre, abaixo do verificado até junho. Esta situação terá de ser compensada ao nível do Contrato-programa, sob pena de vermos agravar-se o desequilíbrio entre rendimentos e gastos.

De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida entre 30 a 35% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos

anos, e embora se apresente estas dificuldades junto da Tutela mensalmente, apenas pontualmente são atribuídas verbas adicionais para cobertura de prejuízos que apenas têm permitido reequilibrar o orçamento do ano, sem contudo possibilitar uma redução significativa da dívida.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução diminui face ao exercício de 2021 nas cobranças e nos pagamentos, conforme explicado na nota introdutória.

As liquidações também apresentam uma redução de 0,49% (-311 mil euros), situação já motivada pela questão das taxas moderadoras mencionada anteriormente. Quanto às despesas, existe uma menor execução ao nível dos projetos cofinanciados em 2022, tanto ao nível dos compromissos como dos pagamentos. Globalmente os compromissos crescem 8,33% (+7,9 M€), sendo que os encargos com aquisições de bens e serviços são os que justificam este acréscimo (+8,6 M€) e resultam maioritariamente de dívidas transitadas do ano anterior como já aqui referimos.

Descrição	2021	2022	variação	%
Receitas				
- Liquidações	62 853 919	62 542 938	-310 981	-0,49%
- Cobrança	62 709 595	62 178 222	-531 373	-0,85%
Despesas				
- Compromissos	95 363 413	103 303 878	7 940 465	8,33%
- Pagamentos	62 600 733	61 854 686	-746 047	-1,19%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou a dotação prevista em 3,76% (Anexo I), correspondendo a encargos superiores em 3,4 M€ face ao referencial estimado do período.

Os desvios positivos mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos (+9,18% / +2,2 M€ no período), incidindo em todas as rubricas, em virtude da previsão total estar abaixo dos gastos efetivamente esperados face à realidade atual e que não foi considerada, nem era previsível, aquando da elaboração dos instrumentos previsionais para 2022 que já impunham limites ao crescimento dos gastos (Despacho Finanças e Saúde de 26 e 27/10/2021).

Em termos homólogos (Anexo II), o aumento total registado foi de 7,98% (+5,3 M€), destacando-se uma vez mais os fornecimentos e serviços externos com um incremento de 17,71% (+3,1 M€), embora tenham sido registadas previsões num total de 3,4 M€ (1,4 M€ nos subcontratos e 2 M€ nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação já processada no ano e/ou do ano anterior.

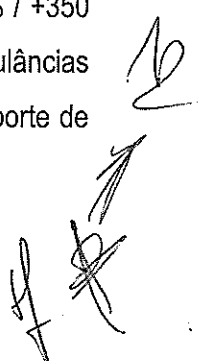
quando existem atrasos significativos no ano em curso, correspondendo a 16,7% do total dos gastos registados nestas rubricas.

Por se tratar de elementos com um grande volume de previsões e de muita imprevisibilidade, existe sempre um grau de incerteza elevado quanto à sua evolução, tanto mais com o efeito pandemia que acaba por dificultar esse tipo de análise devido às diferenças existentes entre meses homólogos no que respeita a medidas em vigor que influenciaram, de alguma forma, a atividade ocorrida. Também agora com a crise global instalada e com graves repercussões ao nível dos combustíveis e da energia, atualmente já são visíveis dificuldades adicionais que deverão manter-se nos próximos tempos, afetando alguns fornecimentos e dificultando ainda mais os pagamentos e os tempos de espera que as empresas estão dispostas a aguardar pelo recebimento. Pelo que continua a existir uma grande incerteza quanto à evolução que ocorrerá até a curto/médio prazo.

Ainda assim, e com base nos dados registados, os subcontratos crescem 14,44% (+1,1 M€), com aumentos na maioria das rubricas, sendo mais acentuados nos meios complementares de terapêutica (+25,97% / +839 mil euros) com a hemodiálise a aumentar 26,3% (+500 mil euros), a medicina física e reabilitação 56,6% (+132 mil euros) e os cuidados respiratórios domiciliários 23,3% (+210 mil euros). Nos meios complementares de diagnóstico o crescimento atinge os 17,7% (+594 mil euros), com a patologia clínica a crescer 16,7% (+300 mil euros), a gastroenterologia 15,3% (+36 mil euros) e a imagiologia 18,9% (+139 mil euros). Os internamentos por sua vez têm uma descida acentuada de 42,85% (-369 mil euros), por existir um menor volume de acréscimos e de faturação no período.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, a situação mais problemática neste momento verifica-se ao nível da energia e fluídos, com um acréscimo de 101,76% (+856 mil euros) face ao período homólogo (só em setembro foram processados 414 mil euros na energia devido a atrasos na emissão em meses anteriores), sendo previsível que nas próximas semanas ou meses se mantenha ou acentue a atual pressão dos preços destas matérias. Temos ainda os habituais incrementos nos serviços especializados que registam um crescimento de 11,15% (+701 mil euros), devido essencialmente às rubricas de serviços técnicos de recursos humanos (+15% / + 300 mil euros) e de honorários (+15,6% / +114 mil euros) onde subsiste uma forte incidência de serviços médicos a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, obstetrícia, entre outras), e de estudos e projetos onde temos nomeadamente um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos.

Em deslocações, estadas e transportes também se constata um acréscimo acentuado (+20,49% / +350 mil euros), com aumentos generalizados tanto nos bombeiros (+20,1% / +164 mil euros), ambulâncias (+37,2% / +106 mil euros) e táxis (+13,4% / +72 mil euros), alguns dos quais relativos ao transporte de doentes em diálise (táxis e ambulâncias).

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

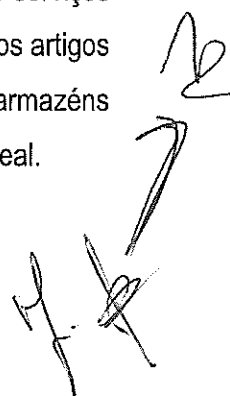
Ao nível do CMVMC, o desvio face ao orçamento anual foi de 9,31% (+1 M€ em relação ao orçamento mensualizado (OM)), destacando-se aqui os medicamentos (+21,28% / +1,2 M€ face ao OM) e em sentido inverso o material de consumo clínico (-5,63% / -202 mil euros em relação ao OM).

Em comparação com o ano anterior, verifica-se uma variação positiva global de 8,22% (+722 mil euros), baixando cerca de 120 mil face ao que se registava em agosto, com o acréscimo absoluto mais acentuado a incidir nos gastos com medicamentos (+947 mil euros / +20,59%) e nos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+178 mil euros / +16,83%) devido ao elevado volume de testes SARS-CoV-2 realizados no primeiro trimestre, mas em contrapartida existe uma redução de 422 mil euros (-14,51%) no material de consumo clínico devido à diminuição de consumos ao nível de algum material de proteção contra a Covid-19. Nos restantes armazéns, enquanto que no material de consumo administrativo o consumo cresce 24 mil euros e no material de manutenção/conservação +5 mil euros, no consumo hoteleiro temos uma redução de 10 mil euros.

De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representa cerca de 50% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos, antipsicóticos e esclerose múltipla. Adicionalmente, tem havido um incremento do tratamento de patologias médicas de doentes seguidos até aqui nos grandes centros e que presentemente são encargo da ULSCB. De referir ainda que o despacho 48/2016 determina que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados. Estima-se assim, com base no consumo do 1º semestre, um acréscimo de cerca de 175 mil euros no corrente ano.

Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espectro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.

Handwritten signature and an arrow pointing from the bottom right towards the text.

No que respeita a gastos com pessoal, o desvio global face ao orçamento anual foi de 1,47% (+765 mil euros face ao OM), ressaltando o facto de, contrariamente à análise à execução orçamental onde na dotação excluímos os gastos com o subsídio de Natal, aqui tal não sucede visto existir uma especialização mensal nessas rubricas.

Em relação ao período homólogo, o montante processado está 3,36% (+1,3 M€) acima do verificado no ano anterior, impulsionado pelo acréscimo das remunerações certas e permanentes (+6,81% / +1,6 M€), dos encargos sobre remunerações (+5,48% / +392 mil euros), mas por outro lado temos um decréscimo nos abonos variáveis e eventuais (-9,77% / -736 mil euros), com o trabalho extraordinário a diminuir 14,13% (-650 mil euros) devido à redução do impacto da pandemia e ao fecho dos centros de vacinação. Teremos de aguardar pela evolução dos próximos meses para sabermos se esta tendência se irá manter, em virtude das recentes alterações legislativas que vieram fixar novos valores hora para a prestação de trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência.

De assinalar também que, no âmbito da pandemia, estimam-se gastos com pessoal na ordem dos 1,1 M€ no período, na medida 095, conforme consta do reporte efetuado junto da DGO.

Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, conforme já referido na análise aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (2.329 mil euros pagos² a prestadores médicos até setembro de 2022, correspondendo a 63.993 horas, contra os 2.023 mil euros pagos no ano anterior referentes a 61.916 horas, embora parte do acréscimo resulte do facto de não termos conseguido pagar, em dezembro de 2021, a totalidade da faturação que seria normal liquidar, caso tivéssemos verba disponível para o efeito).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os gastos de depreciação e de amortização são os que se destacam pelo desvio positivo mais expressivo (+9,62% / +169 mil euros face ao OM), com as perdas por imparidade e as provisões a não apresentarem gastos nesta fase por não serem objeto de especialização mensal. Face ao período homólogo, os mais relevantes prendem-se com as amortizações uma vez mais que cresceram 14,01% (+183 mil euros), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 944 mil euros neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

² Nota: o mês de pagamento não corresponde, regra geral, ao mês em que foi prestado o serviço, podendo existir um atraso superior a um mês entre ambos

Evolução dos Gastos Operacionais	3T 2022 Exec.	3T 2021 Exec.	2021/2022	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	38 670 002 €	38 032 451 €	637 551 €	1,68%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	662 792 €	28 516 €	634 276 €	2224,28%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	537 817 €	514 210 €	23 607 €	4,59%
Gastos com Deslocações (FSE)	59 030 €	57 188 €	1 842 €	3,22%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	49 847 €	48 120 €	1 727 €	3,59%
Gastos associados à frota automóvel	216 106 €	173 722 €	42 384 €	24,40%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	210 135 €	124 248 €	85 888 €	69,13%
N.º Total RH (O.S. (=CF+CA) + Cargos de Direção (=AdmHosp) + Trabalhadores)	1488	1482	6	0,40%
N.º Órgãos Sociais (O.S.) (=CF+CA)	8	8	0	0,00%
N.º Cargos de Direção sem O.S. (=AdmHosp)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (=B11)-(B12-B13))	1479	1473	6	0,41%
N.º Trabalhadores/N.º CD (=B14/B13)	1479	1473	6	0,41%
N.º de viaturas	47	51	-4	-7,84%

- Aumento nos gastos com pessoal (+1,68%) atendendo à entrada de novos colaboradores (não considerando o impacto das valorizações remuneratórias) pelos motivos expostos no capítulo III;
- No que se refere aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um crescimento, mais significativo na frota automóvel onde os combustíveis cresceram exponencialmente em comparação com o ano transato (na ordem dos 19,2% na gasolina e 30,36% no gasóleo, com base na média mensal até setembro dos respetivos anos).

Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um acréscimo de 86 mil euros face a 2021, justificado pela existência de um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o orçamento anual (anexo III), a execução ficou 2,14% aquém do esperado, o que se traduziu num desvio de -1,8 M€ em relação ao OM.

Em termos de Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face ao orçamento anual foi de 74,31%, o que representa um desvio de -560 mil euros em termos de OM. Em relação às taxas moderadoras, a execução foi bastante positiva neste período (90,1% em termos anuais), correspondendo a mais 141 mil euros face ao OM. No entanto a tendência será de menor execução no restante exercício, pelos motivos que veremos de seguida.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo de 4,41% (+2,6 M€), já considerando a especialização do Contrato-programa e os incentivos institucionais.

Ao nível do Contrato-programa regista-se um incremento de 4 M€ (+7,15%) face a setembro de 2021, considerando todas as prestações (incentivos, valor capicional e internos).

No que se refere a taxas moderadoras, inverteu-se a tendência de crescimento iniciada no ano anterior após termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM, registando-se agora uma diminuição de

52,23% (-921 mil euros), embora tenha decorrido novo processo de cobrança via SITAM, mas de menor dimensão em termos de valores e período alvo. Apesar de pretendemos intensificar estes processos (com uma periodicidade de envio trimestral) no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias, a par de um reforço da cobrança imediata sempre que possível, o fim do pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referência ou internamento), que se segue ao já ocorrido ao nível dos cuidados primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os rendimentos provenientes desta fonte de financiamento, o que, aliado à menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas nos próximos meses devido à atual crise, irá porventura comprometer o nosso objetivo de aumento da cobrança, criando uma necessidade adicional de liquidez que acaba por não ser colmatada com o aumento mensal de 600 mil euros do financiamento do Contrato-programa em virtude do incremento de gastos que tem vindo a refletir-se nos últimos anos devido à pandemia, aos acréscimos salariais e ao envelhecimento da população abrangida pela nossa área de influência que tem originado mais gastos em subcontratos e transportes.

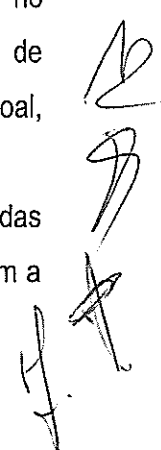
Em outras entidades responsáveis também se verifica uma diminuição muito acentuada (-527 mil euros) que decorre da anulação, em agosto, de acréscimos registados no ano anterior.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB, durante o período em análise e relativamente ao 2º trimestre do ano de 2022, continuou estável observando-se continuamente uma ligeira, embora pouco expressiva tendência descendente. Relativamente ao mês de dezembro do ano de 2021, registou-se uma leve tendência de subida, ainda reflexo da situação pandémica, mas que ao longo dos trimestres tem vindo a esbater-se. O registo de subida mais substancial decorre da colocação em janeiro do 1º trimestre de médicos do internato da especialidade e do Internato médico de formação geral, situação a que, no entanto, foi retirado algum impacto já que saíram médicos especialistas, que de algum modo permitiram efetuar alguma compensação.

O aumento de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e os rácios mínimos definidos para o respetivo exercício profissional no enquadramento legal. Em algumas situações o ligeiro aumento teve em conta a necessidade de corresponder a legislação entretanto publicada com a criação de novos lugares no mapa de pessoal, alguns deles a extinguir logo que vagos.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia Covid-19 que ainda fez sentir alguns efeitos, criaram a



necessidade de procedimentos que houve necessidade de ainda manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais.

Consequentemente, fruto da nova organização criada que foi necessário continuar a manter, ainda que de forma cada vez menos pesada, implicou ainda assim a continuidade de aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras.

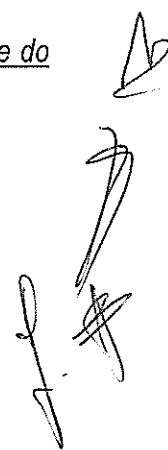
Continuou a ser necessária a manutenção do reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia Covid-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47,4 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 50,1 anos, Assistente Técnico – 53 anos, Enfermagem – 45 anos, sendo que, do universo de enfermeiros, 133 têm mais de 55 anos, Pessoal Médico – 45,3 anos, sendo que, se não forem contados os médicos do internato médico, a idade sobe para os 51,7 anos, considerando que do total, 70 médicos têm mais de 55 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos.

Acresce que o hospital inserido na ULSCB teve necessidade de se expandir pelo que foi edificado um novo edifício no perímetro exterior do hospital, para albergar o serviço de consulta externa e outros serviços de apoio e serviços complementares. Esta estrutura implicou que fossem revistas as dotações de recursos humanos de forma a poder alocar profissionais em número suficiente para funcionamento da nova estrutura de saúde, que importa uma volumetria considerável e um muito maior número de espaços e gabinetes de atendimento, consulta e apoio.

Não obstante todas estas condicionantes, tem sido possível, gradualmente, reduzir os recursos humanos, nomeadamente reduzindo na medida do possível efetivos sem substituição, mitigando a entrada de muitos daqueles que haviam sido contratados no âmbito da pandemia Covid-19.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 3º Trimestre de 2021/2022 e do início para o final do 3º Trimestre 2022

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

SRH		MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						3º. TRIM				
		TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL # 2021 / 2022			# 22 / 22	# 22 / 22
Carreira/Categoria		julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	julho	agosto	setembro	jul/set	ago/set
Conselho Administração		5	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0
Administrador Hospitalar		1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas		151	150	156	152	153	151	1	3	-6	-1	-2
Méd. Grau Especialista		1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.		44	41	38	48	45	44	4	4	6	-4	-1
Méd. IIM - Formação Geral		27	27	26	22	21	21	-6	-6	-6	-1	0
Téc. Superior Saúde		18	18	18	16	16	16	-2	-2	-2	0	0
Téc. Superior		30	30	31	35	36	36	5	6	5	1	0
Enfermagem		533	533	533	536	536	536	3	3	2	-1	-1
Téc. Diag. Terapêutica		102	101	101	98	101	101	-4	0	0	3	0
Informática		12	12	12	11	11	10	-1	-1	-2	-1	-1
Educadora Infantil		1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico		184	184	185	182	181	181	-2	-3	-4	-1	0
Assistente Operacional		358	356	362	352	351	351	-6	-5	-1	-1	0
TOTAL - Efetividade funções		1467	1460	1460	1460	1459	1454	-7	-1	-6	-6	-5
Pessoal fora da ULSCB		18	18	17	14	14	14	-4	-4	-3	0	0
Pessoal Dentro de Out. Inst.		15	14	13	16	16	17	1	2	4	1	1
TOTAL GERAL ULSCB		1500	1492	1490	1490	1489	1485	-10	-3	-5	-5	-4

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2021 para o 3º Trimestre de 2022 e do início do 1º trimestre para o final do 3º Trimestre 2022

SRH		MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB										TOTAL ANUAL 2022		
		TOTAL GERAL 2022										dez/21	2022 # dez21-jan22	2022 # set22-jan22
Carreira/Categoria		jan	fev	# fev-jan	mar	# mar-fev	jun	# jun-jun	ago	# ago-jul	set	# set-ago		
Conselho Administração		5	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	0	0
Administrador Hospitalar		1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Méd. Especialistas		153	153	0	151	-2	152	1	153	1	151	-2	-10	-2
Méd. Grau Especialista		1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.		51	51	0	51	0	48	-5	45	-3	44	-1	-10	-7
Méd. IIM - Formação Geral		25	25	0	24	-1	22	-1	21	-1	21	0	-5	-4
Téc. Superior Saúde		18	18	0	18	0	16	-1	16	0	16	0	-2	-2
Téc. Superior		34	34	0	34	0	35	0	36	1	36	0	2	2
Enfermagem		533	533	0	533	0	536	3	536	0	535	-1	4	2
Téc. Diag. Terapêutica		98	98	0	98	0	98	0	101	3	101	0	5	3
Informática		12	12	0	12	0	11	0	11	0	10	-1	-2	-2
Educadora Infantil		1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Assistente Técnico		186	186	0	186	0	182	-1	181	-1	181	0	-2	-5
Assistente Operacional		355	357	2	357	0	352	-2	351	-1	351	0	-13	-4
TOTAL - Efetividade funções		1473	1475	2	1472	-3	1460	-3	1459	-1	1454	-5	-33	-19
Pessoal fora da ULSCB		16	16	0	15	-1	14	-1	14	0	14	0	-2	-2
Pessoal Dentro de Out. Inst. *		17	17	0	16	-1	16	0	16	0	17	1	0	0
TOTAL GERAL ULSCB		1489	1491	2	1487	-4	1474	-4	1473	-1	1468	-5	-35	-21

Nestes grupos profissionais, é onde se verifica uma maior e mais elevada taxa de absentismo que com o envelhecimento do mapa de pessoal tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

[Handwritten signature]

- Acresce ainda referir que as ULS têm responsabilidades que não se circunscrevem apenas à área hospitalar e, desde o início da pandemia, os gastos originados nos cuidados de saúde primários também cresceram substancialmente, devido às obrigações e orientações da Tutela, nomeadamente gastos relacionados com a vacinação (horas extraordinárias), testagem, recuperação da atividade, aumento dos cuidados respiratórios domiciliários, entre outras situações que não se verificam nos centros hospitalares.
- Assim, será necessária uma reavaliação do financiamento da ULSCB a curto prazo, considerando já a evolução dos gastos que serão afetados pelo agravamento dos preços da energia e dos combustíveis, no intuito de aliviarmos a pressão que tem sido exercida pelos fornecedores e instituições financeiras (factoring), sob pena de cortes nos fornecimentos de bens e nas manutenções programadas, pondo em causa o normal funcionamento de equipamentos e a saúde dos doentes (alguns fornecedores exigem o pagamento de faturas vencidas, mas não consideradas em atraso, para a realização das manutenções ou dos fornecimentos). Será ainda necessário resolver o problema da dívida crónica que, ano após ano, nos absorve cerca de 30/35% dos compromissos do ano.
- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), cresceu 9 dias face ao período homólogo (+17,89%), aumentando o saldo da conta de clientes e utentes (+2,4 M€) e o volume de negócios (+2,6 M€), nomeadamente devido ao financiamento do Contrato-programa (+3,5 M€) já que as taxas diminuíram 905 mil euros.

Período: janeiro a setembro

u.m.: euro

	2021	2022	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	28 780 814	36 492 431	7 711 617	26,79%
Dívida vincenda	8 514 018	9 730 097	1 216 079	14,28%
Dívida vencida	20 266 797	26 762 334	6 495 537	32,05%
Pagamentos em atraso	14 466 338	20 355 021	5 888 683	40,71%
PMP ponderado (dias)	190	242	52	27,37%
PMR (dias)	49	58	9	17,89%

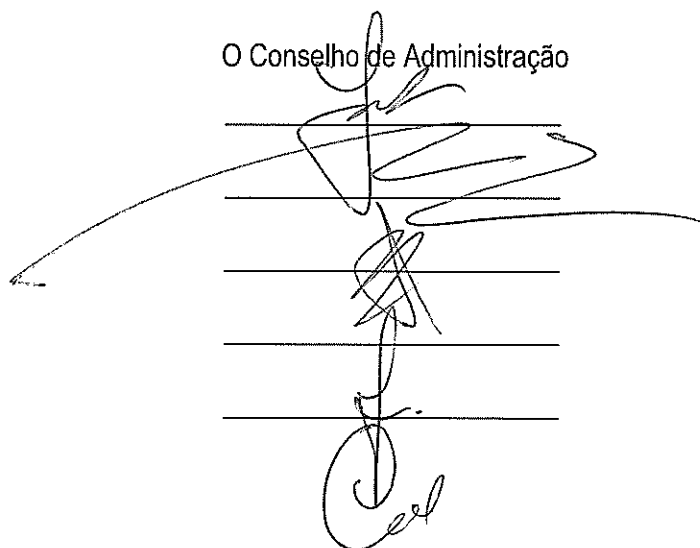
CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como já seria expectável, a situação económico-financeira continuou a deteriorar-se face ao ano transato, com os gastos com fornecimentos e serviços externos a apresentarem maiores níveis de crescimento, tanto em termos de subcontratos, como nos serviços especializados e na energia e fluídos, e com os rendimentos a estagnarem por força da não aprovação do Orçamento de Estado.
- Sem a resolução do problema estrutural de desadequação entre gastos e rendimentos e consequentemente do pagamento da dívida acumulada, os próximos meses continuarão a ser problemáticos, sendo difícil conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos inoportáveis para alguns fornecedores.
- No entanto, temos reportado mensalmente estas nossas preocupações à Tutela, alertando para estas dificuldades, aguardando que seja encontrada uma solução a curto prazo que nos permita aliviar os estrangulamentos existentes.

Castelo Branco, 11 de fevereiro de 2023

ULS CASTELO BRANCO
O Conselho de Administração

O Conselho de Administração

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over several horizontal lines. The signature is complex and cursive, with a long horizontal stroke extending to the left. Below the signature, the word 'Cel' is written in a smaller, simpler script.

Anexo I – Gastos e Perdas

U.m.: EURO

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/09/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3)/(1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível (1) - (3)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:						
61241	Produtos farmacêuticos	7 402 190	5 551 643	6 777 795	91,56%	1 226 152	624 395
612411	Medicamentos	5 758 637	4 318 978	5 544 651	96,28%	1 225 674	213 986
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 643 553	1 232 665	1 233 143	75,03%	479	410 410
61242	Material de consumo clínico	3 580 194	2 685 146	2 483 444	69,37%	-201 701	1 096 750
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	899	674	750	83,40%	76	149
61243	Material consumo hoteleiro	112 780	84 585	77 206	68,46%	-7 379	35 574
61244	Material consumo administrativo	80 536	60 402	87 223	108,30%	26 821	-6 687
61245	Material manutenção/conservação	97 354	73 016	78 650	80,79%	5 634	18 704
61249	Outro material de consumo	43	32	0	0,00%	-32	43
	Total da conta 61	11 273 996	8 455 497	9 505 068	84,31%	1 049 571	1 768 928
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços						
62111	Meios complementares diagnóstico	4 495 056	3 371 292	3 948 682	87,85%	577 390	546 374
62112	Meios complementares terapêutica	4 701 640	3 526 230	4 066 912	86,50%	540 682	634 728
62113	Produtos vendidos p/farmácias	37	28	31	83,78%	3	6
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	1 757	1 318	6 827	388,56%	5 509	-5 070
62115	Internamentos	764 991	573 743	491 525	64,25%	-82 218	273 466
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	0
62119	Outros subcontratos	195 463	146 597	187 275	95,81%	40 678	8 188
622	Serviços especializados	8 536 981	6 402 736	6 989 038	81,87%	586 302	1 547 943
623	Materiais de consumo	61 824	46 368	54 860	88,73%	8 492	6 964
624	Energia e fluídos	2 161 527	1 621 145	1 697 655	78,54%	76 510	463 872
625	Deslocações, estadas e transportes	2 319 928	1 739 946	2 058 432	88,73%	318 486	261 496
626	Serviços diversos	985 024	738 768	891 794	90,54%	153 026	93 230
	Total da conta 62	24 224 228	18 168 171	20 393 033	84,18%	2 224 862	3 831 195
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	318 178	238 634	288 985	90,82%	50 352	29 193
632	Remunerações do pessoal	41 727 619	31 295 714	31 719 319	76,02%	423 605	10 008 300
6321	Remunerações certas e permanentes	31 843 787	23 882 840	24 922 344	78,26%	1 039 503	6 921 443
63211	Remuneração base	25 943 410	19 457 558	19 920 419	76,78%	462 862	6 022 991
63212	Subsídio de férias	2 163 384	1 622 538	2 167 447	100,19%	544 909	-4 063
63213	Subsídio de Natal	2 181 134	1 635 851	1 550 755	71,10%	-85 095	630 379
63215	Subsídio de refeição	1 505 920	1 129 440	1 116 341	74,13%	-13 099	389 579
6321xx	Outros	49 939	37 454	167 381	335,17%	129 927	-117 442
6322	Abonos variáveis e eventuais	9 883 832	7 412 874	6 796 976	68,77%	-615 898	3 086 856
632204	Trabalho extraordinário	6 054 766	4 541 075	3 950 611	65,25%	-590 463	2 104 155
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2 013 568	1 510 176	1 489 100	73,95%	-21 076	524 468
6322xxx	Outros	1 815 498	1 361 624	1 357 264	74,76%	-4 359	458 234
633	Benefícios pós-emprego	1 262	947	1 043	82,64%	96	219
634	Indemnizações	4 615	3 461	1 088	23,58%	-2 373	3 527
635	Encargos sobre remunerações	9 681 928	7 261 446	7 548 712	77,97%	287 266	2 133 216
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	245 870	184 403	153 160	62,29%	-31 243	92 710
637	Gastos de ação social	0	0	0		0	0
638	Outros gastos com pessoal	13 157	9 868	18 779	142,73%	8 911	-5 622
639	Outros encargos sociais	148 350	111 263	139 524	94,05%	28 262	8 826
	Total da conta 63	52 140 979	39 105 734	39 870 611	76,47%	764 876	12 270 368
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0			
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 756 364	1 317 273	1 486 227	84,62%	168 954	270 137
65	Perdas por imparidade	476 694	357 521	0	0,00%	-357 521	476 694
67	Provisões do período	60 000	45 000	0	0,00%	-45 000	60 000
68	Outros gastos e perdas	576 168	432 126	61 506	10,67%	-370 620	514 662
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	113 441	85 081	53 001	46,72%	-32 080	60 440
	TOTAL GERAL	90 621 870	67 966 403	71 369 445	78,76%	3 403 043	19 252 425

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

30/09/2022

Código	Designação	Processado em 30/09/2021 (1)	Processado em 30/09/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	5 653 450	6 777 795	1 124 345	19,89%
612411	Medicamentos	4 597 911	5 544 651	946 740	20,59%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 055 539	1 233 143	177 604	16,83%
61242	Material de consumo clínico	2 904 956	2 483 444	-421 511	-14,51%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	697	750	53	7,57%
61243	Material consumo hoteleiro	86 930	77 206	-9 724	-11,19%
61244	Material consumo administrativo	63 395	87 223	23 828	37,59%
61245	Material manutenção/conservação	73 420	78 650	5 230	7,12%
61249	Outro material de consumo	45	0	-45	0,00%
	Total da conta 61	8 782 892	9 505 068	722 176	8,22%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	7 603 187	8 701 253	1 098 066	14,44%
62111	Meios complementares diagnóstico	3 354 931	3 948 682	593 751	17,70%
62112	Meios complementares terapêutica	3 228 356	4 066 912	838 556	25,97%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	42	31	-11	-26,07%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	3 062	6 827	3 765	122,99%
62115	Internamentos	860 070	491 525	-368 545	-42,85%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	156 726	187 275	30 549	19,49%
622	Serviços especializados	6 287 712	6 989 038	701 326	11,15%
623	Materiais de consumo	50 368	54 860	4 492	8,92%
624	Energia e fluídos	841 419	1 697 655	856 236	101,76%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 708 434	2 058 432	349 999	20,49%
626	Serviços diversos	834 399	891 794	57 395	6,88%
	Total da conta 62	17 325 519	20 393 033	3 067 514	17,71%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	227 444	288 985	61 541	27,06%
632	Remunerações do pessoal	30 865 919	31 719 319	853 400	2,76%
6321	Remunerações certas e permanentes	23 333 357	24 922 344	1 588 987	6,81%
63211	Remuneração base	19 133 430	19 920 419	786 989	4,11%
63212	Subsídio de férias	1 511 748	2 167 447	655 699	43,37%
63213	Subsídio de Natal	1 544 552	1 550 755	6 203	0,40%
63215	Subsídio de refeição	1 142 483	1 116 341	-26 142	-2,29%
6321xx	Outros	1 144	167 381	166 237	14525,47%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7 532 562	6 796 976	-735 587	-9,77%
632204	Trabalho extraordinário	4 600 591	3 950 611	-649 980	-14,13%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 505 359	1 489 100	-16 259	-1,08%
6322xxx	Outros	1 426 612	1 357 264	-69 348	-4,86%
633	Benefícios pós-emprego	826	1 043	217	26,25%
634	Indemnizações	3 306	1 088	-2 218	-67,08%
635	Encargos sobre remunerações	7 156 801	7 548 712	391 911	5,48%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	202 029	153 160	-48 870	-24,19%
637	Gastos de ação social	0	0	0	
638	Outros gastos com pessoal	8 476	18 779	10 303	121,56%
639	Outros encargos sociais	110 375	139 524	29 149	26,41%
	Total da conta 63	38 575 177	39 870 611	1 295 434	3,36%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 303 572	1 486 227	182 655	14,01%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	41 002	61 506	20 503	50,01%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	69 298	53 001	-16 297	-23,52%
	TOTAL GERAL	66 097 460	71 369 445	5 271 985	7,98%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 30/09/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação por Executar (1) - (3)
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	934 527	700 895	841 987	90,10%	141 092	92 540
7041xx	Outras taxas	40 334	30 251	28 237	70,01%	-2 014	12 097
	Total da conta 70	974 861	731 146	870 224	89,27%	139 078	104 637
71	Vendas	0	0	0		0	0
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	8 113 708	6 085 281	5 744 505	70,80%	-340 776	2 369 203
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72 226 532	54 169 899	53 841 101	74,54%	-328 798	18 385 431
7201168	Internos	796 836	597 627	707 355	88,77%	109 728	89 481
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0		0	0
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	230 359	172 769	136 851	59,41%	-35 918	93 508
72013	Outras entidades responsáveis	770 678	578 009	-188 810	-24,50%	-766 818	959 488
7299	Outros serviços	0	0	0		0	0
	Total da conta 72	82 138 113	61 603 585	60 241 003	73,34%	-1 362 582	21 897 110
75	Transferências e subs. correntes obtidos	105 579	79 184	53 951	51,10%	-25 234	51 628
76	Reversões	370 860	278 145	8 000	2,16%	-270 145	362 860
78	Outros rendimentos e ganhos	489 686	367 265	83 255	17,00%	-284 010	406 431
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0		0	0
	TOTAL GERAL:	84 079 099	63 059 324	61 256 432	72,86%	-1 802 892	22 822 667

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

30/09/2022

Código	Designação	Processado em 30/09/2021 (1)	Processado em 30/09/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	1 762 506	841 987	-920 519	-52,23%
7041xx	Outras taxas	12 374	28 237	15 863	128,20%
	Total da conta 70	1 774 880	870 224	-904 656	-50,97%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	5 598 314	5 744 505	146 191	2,61%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	50 066 176	53 841 101	3 774 925	7,54%
7201168	Internos	603 000	707 355	104 355	17,31%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	162 602	136 851	-25 751	-15,84%
72013	Outras entidades responsáveis	337 699	-188 810	-526 508	-155,91%
72014	Acerto de estimativas	0	0	0	
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%
	Total da conta 72	56 767 791	60 241 003	3 473 212	6,12%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	61 132	53 951	-7 182	-11,75%
76	Reversões	0	8 000	8 000	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	65 910	83 255	17 345	26,32%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%
	TOTAL GERAL:	58 669 712	61 256 432	2 586 720	4,41%